



Demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

31 de dezembro de 2019
Com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3. Principais práticas contábeis.....	12
4. Normas emitidas, mas ainda não vigente.....	20
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
6. Aplicações financeiras.....	21
7. Caixa restrito.....	21
8. Ativo de concessão.....	22
9. Tributos e contribuições a compensar.....	23
10. Imobilizado.....	23
11. Intangível.....	24
12. Empréstimos e financiamentos.....	25
13. Tributos e encargos sociais a recolher.....	27
14. Encargos regulatórios a recolher.....	27
15. Provisões.....	27
16. PIS e COFINS diferidos.....	28
17. Patrimônio líquido	28
18. Receita operacional líquida.....	30
19. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....	32
20. Resultado financeiro.....	33
21. Imposto de renda e contribuição social.....	33
22. Transações com partes relacionadas.....	34
23. Instrumentos financeiros.....	35
24. Seguros.....	37
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	38

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.
Relatório da Administração
(Em milhares de reais)

Análise do resultado do exercício de 2019 em comparação com o exercício de 2018:

O exercício de 2019 apresentou um acréscimo no lucro líquido de 28,8% atingindo um total de R\$66.290 em comparação ao do ano anterior com R\$51.453.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 18,6% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2019	A.V. %	2018	A.V. %	% Variação 2019/2018
Receita de implementação da infraestrutura	231	0,3	1.403	2,2	(83,5)
Operação e Manutenção	8.804	11,5	9.703	15,0	(9,3)
Remuneração dos ativos de concessão	73.101	95,4	55.632	86,1	31,4
Tributos sobre a receita	(2.926)	(3,6)	50	0,1	(5.952,0)
Encargos Regulatórios	(2.553)	(3,1)	(2.141)	(3,2)	19,2
Receita operacional líquida	<u>76.657</u>		<u>64.647</u>		<u>18,6</u>

- (i) A **receita de infraestrutura** apresentou redução em 2019 totalizando R\$231, comparada com R\$1.403 em 2018, devido à entrada em operação do projeto da Subestação Araras em 2018.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$8.804 em 2019, comparada com R\$9.703 em 2018, devido à redução de antecipação no valor de R\$4.721, parcialmente compensado pela parcela de ajuste positiva no valor de R\$3.911.
- (iii) A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R\$73.101 em 2019, aumento de 31,4% em relação a 2018 explicada principalmente pelo: (i) impacto positivo de R\$13.630 em 2018 decorrente da mudança de contabilização do efeito inflacionário (IPCA) de anual para mensal, compensado por: (ii) R\$31.098 referente a atualização do ativo de concessão pelo WACC de cada contrato de concessão.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$5.479 em 2019 e R\$2.091 em 2018, principalmente devido a revisão das alíquotas dos tributos de PIS e COFINS diferidos, em 2018, conforme a expectativa de realização no montante de R\$2.564.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, tiveram queda de 55,1%, com R\$3.008 em 2019 frente aos R\$6.704 mil em 2018, em função do fim das obras do projeto da subestação Araras em 2018.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$1.726 em 2019 comparada com R\$1.977 em 2018, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** teve uma variação em 36,0%. A despesa financeira totalizou R\$2.691 em 2019 e R\$4.205 em 2018, principalmente a redução dos juros sobre empréstimos.

O saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$44.733 (R\$60.817 em 31 de dezembro de 2018) e aumento dos rendimentos de aplicações financeiras.

O **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R\$2.946 em 2019 comparado com R\$254 em 2018, principalmente pela revisão das alíquotas dos tributos de IRPJ e CSSL diferidos, em 2018, conforme a expectativa de realização dos mesmos, sendo o impacto de R\$2.145.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.765	1.982
Aplicações financeiras	6	10.992	4.095
Ativo de concessão	8	51.608	49.533
Estoques		1.116	1.120
Tributos e contribuições a compensar	9	258	215
Outros		264	656
		66.003	57.601
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	5.918	5.704
Ativo de concessão	8	564.372	543.283
Cauções e depósitos vinculados		10	-
Estoques		2.435	2.307
Outros		673	-
		573.408	551.294
Imobilizado	10	50	46
Intangível	11	7	265
		57	311
		573.465	551.605
Total do ativo		639.468	609.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	18.947	20.372
Arrendamento mercantil		7	-
Fornecedores		771	1.090
Tributos e encargos sociais a recolher	13	677	639
Encargos regulatórios a recolher	14	318	329
Outros		2.283	1.842
		23.003	24.272
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	25.786	40.445
Arrendamento mercantil		1	-
PIS e COFINS diferidos	16	22.324	21.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	18.857	18.207
Encargos regulatórios a recolher	14	1.023	763
Provisões	15	119	-
		68.110	80.969
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	300.910	300.910
Reservas de lucro	17 (c)	247.445	203.055
		548.355	503.965
Total do passivo e do patrimônio líquido		639.468	609.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	18.1	76.657	64.647
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	19	<u>(3.008)</u>	<u>(6.704)</u>
Lucro bruto		<u>73.649</u>	<u>57.943</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	19	(1.726)	(2.024)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>4</u>	<u>(7)</u>
		<u>(1.722)</u>	<u>(2.031)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		71.927	55.912
Receitas financeiras	20	1.278	885
Despesas financeiras	20	<u>(3.969)</u>	<u>(5.090)</u>
		<u>(2.691)</u>	<u>(4.205)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.236	51.707
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21 (a)	(2.296)	(2.229)
Diferido	21 (a)	<u>(650)</u>	<u>1.975</u>
		<u>(2.946)</u>	<u>(254)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>66.290</u>	<u>51.453</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>66.290</u>	<u>51.453</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>66.290</u>	<u>51.453</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar		
Em 31 de dezembro de 2017		300.910	11.761	18.364	105.747	61.342	-	498.124
Adoção do CPC 47, com efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	-	(20.013)	(20.013)
Realização de reservas de lucros, adoção do CPC 47		-	-	-	(20.013)	-	20.013	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	51.453	51.453
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	17 (b)	-	2.573	-	-	-	(2.573)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	-	36.660	-	(36.660)	-
Constituição da reserva especial de dividendo não distribuído	17 (b)	-	-	4.985	-	-	(4.985)	-
Reversão da reserva especial de lucros a realizar	17 (b)	-	-	-	61.342	(61.342)	-	-
Dividendos intermediários	17 (b)	-	-	(18.364)	-	-	(7.235)	(25.599)
Em 31 de dezembro de 2018		300.910	14.334	4.985	183.736	-	-	503.965
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	66.290	66.290
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	17 (b)	-	3.315	-	-	-	(3.315)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	-	46.060	-	(46.060)	-
Dividendos intermediários	17 (b)	-	-	(4.985)	-	-	(16.915)	(21.900)
Em 31 de dezembro de 2019		300.910	17.649	-	229.796	-	-	548.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	66.290	51.453
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 19)	269	258
PIS e COFINS diferidos	770	(2.364)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	650	(1.975)
Provisões	119	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	3.814	4.950
	<u>71.912</u>	<u>52.322</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(214)	304
Ativo de concessão	(23.164)	(2.318)
Estoques	(124)	15
Tributos e contribuições a compensar	(43)	-
Cauções e depósitos vinculados	(10)	-
Outros	(281)	21
	<u>(23.836)</u>	<u>(1.978)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(319)	(111)
Tributos e encargos sociais a recolher	38	(218)
Encargos regulatórios a recolher	214	(248)
Obrigações trabalhistas	-	(433)
Outros	441	78
	<u>374</u>	<u>(932)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumidas pelas) atividades operacionais	<u>48.450</u>	<u>49.412</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(6.897)	(3.225)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>(6.897)</u>	<u>(3.225)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(14.760)	(14.760)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(5.103)	(6.097)
Pagamentos de arrendamentos	(7)	-
Dividendos pagos	(21.900)	(25.599)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>(41.770)</u>	<u>(46.456)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(217)</u>	<u>(269)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.982	2.251
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.765</u>	<u>1.982</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>(217)</u>	<u>(269)</u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$1.922 (R\$946 em 2018).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 22 de julho de 2008, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
012/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	10.677	06/19
015/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	35.337	06/19
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2022	IPCA	52.453	06/19
021/2011	30	09.12.41	5 anos	2022	IPCA	5.495	06/19

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II, que entrou em operação comercial no dia 26 de dezembro de 2011.

Contrato nº 015/2008

Subestações Mirassol II, Getulina e Araras, em 440/138 kV. As obras pertencentes ao Contrato de Concessão nº 015/2008 foram concluídas e iniciaram as suas operações comerciais como segue (a) Subestação Araras 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 5 de setembro de 2010; (b) Subestação Getulina 440/138 kV com potência instalada de 300 MVA e demais instalações associadas, em 10 de março de 2011; e (c) Subestação Mirassol II 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 17 de abril de 2011.

Contrato nº 018/2008

Subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA. As obras da Subestação Atibaia II, entraram em operação comercial no dia 8 de janeiro de 2013.

Contrato nº 021/2011

Subestação Itapeti em 345/138/88 kV 600 MVA. As obras da Subestação Itapeti entraram em operação comercial no dia 09 de agosto de 2013.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2020.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 21 (b)).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15).
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 8)

A taxa aplicada ao ativo contratual é a WACC do leilão que representa a estimativa da Companhia para a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 18.1)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 18.1)

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como parâmetro os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2020.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47, estão descritos na nota 3.7.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra (nota 18.1(a)).

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base no WACC do leilão que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa (nota 18.1(b)).

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações (nota 18.1 (a)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (nota 23).

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito e aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 5).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 8 (b)).

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Ativo de concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8).

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto (WACC do leilão), (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 10).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 11).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- *Arrendatário*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua implícita encontrada na taxa de capitalização da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.18 Novas normas e interpretações

A Companhia, adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, que são:

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também reavaliam o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$8 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$8, líquidos de depreciação (nota 10).

• ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

A Companhia analisou as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, em conjunto com seus assessores legais internos e externos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir estes estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas, sofreu qualquer alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

4 Normas emitidas, mas ainda não vigente

- CPC 11 – Contratos de Seguros
- CPC 15 (R1) – Definições de negócios
- CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de omissão material

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos		69	302
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	96,5%	<u>1.696</u>	<u>1.680</u>
		<u>1.765</u>	<u>1.982</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota 23 (c).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2019	2019	2018
	% do CDI		
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		4.835	
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	98,7%	5.438	4.095
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		719	
		10.992	4.095

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R\$5.918 (R\$5.704 em 2018), e refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos no contrato de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Ativo de concessão

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (b)	4.357	2.305
	<u>4.357</u>	<u>2.305</u>
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	611.623	590.511
	<u>615.980</u>	<u>592.816</u>
Circulante	<u>51.608</u>	<u>49.533</u>
Não circulante	<u>564.372</u>	<u>543.283</u>

- (a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

O ativo de concessão está assim distribuído por vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	615.862	592.696
Vencidos		
até 30 dias	4	17
de 31 a 60 dias	3	-
de 61 a 360 dias	8	4
há mais de 361 dias	103	100
	<u>118</u>	<u>121</u>
	<u>615.980</u>	<u>592.816</u>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do ativo de concessão é como segue:

Saldos em 2017	611.955
Receita de implementação da infraestrutura (nota 18.1)	1.403
Remuneração dos ativos de concessão (nota 18.1)	55.632
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	9.703
Adoção CPC 47	(21.458)
Recebimentos	(64.419)
Saldos em 2018	592.816
Receita de implementação da infraestrutura (nota 18.1)	231
Remuneração dos ativos de concessão (nota 18.1)	73.101
Receita de operação e manutenção (nota 18.1)	8.804
Recebimentos	(58.972)
Saldos em 2019	615.980

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda a recuperar	-	50
Contribuição social a recuperar	-	16
Imposto de renda retido na fonte	109	-
ICMS a recuperar	149	149
	<u>258</u>	<u>215</u>

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Taxa média anual de depreciação</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>		<u>-%</u>
Arrendamento em edifícios- CPC 06 (R2) (i)	15	(7)	8	-	48,0%
Equipamentos de Informática	25	(6)	19	4	16,67%
Máquinas e equipamentos	24	(1)	23	-	10,65%
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	-	-	-	42	
	<u>64</u>	<u>(14)</u>	<u>50</u>	<u>46</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	<u>Saldos em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos em 2018</u>
Equipamentos de Informática	5	-	(1)	4
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	42	-	-	42
	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>46</u>

	<u>Saldos em 2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas / Transferências</u>	<u>Saldos em 2019</u>
Arrendamento em edifícios - CPC 06 (R2) (i)	-	15	(7)	-	8
Equipamentos de Informática	4	-	(3)	18	19
Máquinas e equipamentos	-	-	(1)	24	23
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	42	-	-	(42)	-
	<u>46</u>	<u>15</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>50</u>

(i) Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento de imóveis como imobilizados (nota 3.18).

11 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2016	<u>522</u>
Amortização	<u>(257)</u>
Saldo em 2017	<u>265</u>
Amortização	<u>(258)</u>
Saldo em 2018	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

<u>Contrato</u>	<u>Valor da captação</u>	<u>Data início</u>	<u>Encargos</u>	<u>TIR a.a.</u>	<u>Data Final</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Indicador financeiro</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BNDES										
Contrato 13.2.0650.1	23.498	13.08.2013	TJLP + 2,06% a.a.	7,90%	15.02.2028	Financiar os Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	4.482	5.015
			3,50% a.a.	3,56%	15.04.2023				6.037	7.847
Contrato 10.2.2034.1	119.886	30.12.2010	TJLP + 2,62% a.a.	8,30%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	23.326	27.020
			5,50% a.a.	5,80%	15.01.2021				10.888	20.935
Total									44.733	60.817
Circulante									18.947	20.372
Não circulante									25.786	40.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O montante de custos incorridos nas operações totaliza R\$963. O saldo de custos a serem apropriados, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$247.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	14.660
2021	6.380	6.380
2022	5.627	5.627
2023	4.438	4.438
2024	3.844	3.843
2025	3.613	3.613
2026 a 2028	<u>1.884</u>	<u>1.884</u>
	<u>25.786</u>	<u>40.445</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2017	<u>76.768</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(6.097)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>4.906</u>
Saldos em 2018	<u>60.817</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(5.103)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>3.778</u>
Saldos em 2019	<u><u>44.733</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda	276	272
Contribuição social	187	167
COFINS	146	134
PIS	32	29
INSS	20	16
ISS	2	2
Imposto de renda retido na fonte	2	3
Outros	12	16
	<u>677</u>	<u>639</u>

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.341	1.092
	<u>1.341</u>	<u>1.092</u>
Circulante	<u>318</u>	<u>329</u>
Não circulante	<u>1.023</u>	<u>763</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2019, há duas demandas judiciais de natureza trabalhista, com probabilidade de perda provável, no montante de R\$119.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui três ações envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo uma de natureza trabalhista, no valor de R\$38, uma tributária no valor de R\$247 e uma cível no valor de R\$287, totalizando R\$572 mil (R\$674 em 2018).

16 PIS e COFINS diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS diferido	3.976	3.838
COFINS diferido	<u>18.348</u>	<u>17.716</u>
	<u>22.324</u>	<u>21.554</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2019 e 2018 é de 303.210.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito em 2019 e 2018 totaliza R\$303.210 e capital social integralizado R\$300.910, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$15.800, originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$9.799, sendo R\$2.564 originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$7.235 como dividendos intermediários do exercício de 2018, a serem imputados como dividendo obrigatório, correspondentes a R\$0,032568 por ação ordinária.

Em 26 de novembro de 2019, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$21.900, sendo R\$4.985 originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e R\$16.915 como dividendos intermediários do exercício de 2019, a serem imputados como dividendo obrigatório, correspondentes a R\$0,0722 por ação ordinária.

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	66.290	51.453
Constituição da reserva legal	(3.315)	(2.573)
	<u>62.975</u>	<u>48.880</u>
Dividendos intermediários pagos	(16.915)	(7.235)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(46.060)	(36.660)
Constituição da reserva especial de dividendo não distribuído	-	(4.985)
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
(c) Reservas de lucro		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva legal (i)	17.649	14.334
Reserva de retenção de lucros (ii)	229.796	183.736
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	-	4.985
	<u>247.445</u>	<u>203.055</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18 Receita operacional líquida

18.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 8)	231	1.403
Operação e Manutenção (a) (nota 8)	8.804	9.703
Receita de remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 8)	<u>73.101</u>	<u>55.632</u>
Total da receita bruta	<u>82.136</u>	<u>66.738</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.405)	41
PIS	<u>(521)</u>	<u>9</u>
	<u>(2.926)</u>	<u>50</u>
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.776)	(1.362)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(563)	(567)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	<u>(214)</u>	<u>(212)</u>
	<u>(2.553)</u>	<u>(2.141)</u>
	<u>76.657</u>	<u>64.647</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado, estabelecida no início dos contratos.

18.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

Como resultado “preliminar” da revisão tarifária, as Receitas Anuais Permitidas das companhias reduziram em:

- 012/2018: -5,394%
- 015/2018: -4,716%
- 018/2018: -5,232%

A Companhia apresentou recurso administrativo em face da REH 2.556/19. Em novembro de 2019, o recurso administrativo foi deliberado pela ANEEL e seu resultado foi publicado por meio da Resolução Homologatória nº 2635/2019 alterando o resultado da REH 2.556/19.

As diferenças entre os valores efetivamente pagos às concessionárias os valores devidos serão apurados e considerados na forma de Parcela de Ajuste – PA no ciclo tarifário 2020/2021, e já foram refletidos nos fluxos de caixa do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019.

Por fim, o resultado definitivo da revisão tarifária, as Receitas Anuais Permitidas das companhias reduziram em:

- 012/2018: -2,367%
- 015/2018: -1,637%
- 018/2018: -2,339%

18.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa nº 782/2017, atualizou a REN nº729/16, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.565, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contratos nº 012/2008, 015/2008, 018/2008, 021/2011), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$53.977 em 01 de julho de 2018, passou para R\$57.374 em 01 de julho de 2019, equivalente a (6,3%).

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
012/2008	6	8.637	(291)	1.023	1.302	-	10.677
015/2008	15.306	16.514	(1.338)	4.496	404	(45)	35.337
018/2008	56	4.261	(161)	1.717	51	(59)	5.865
021/2011	-	4.396	(514)	-	1.613	-	5.495
	15.368	33.808	(2.304)	7.236	3.370	(104)	57.374

19 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2019		2018	
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal (*)	-	-	-	(3.792)
Serviços	(2.894)	(1.131)	(4.025)	(3.534)
Materiais	(66)	(3)	(69)	(696)
Arrendamentos e aluguéis	(6)	-	(6)	(151)
Demandas judiciais	-	(118)	(118)	-
Depreciação e amortização	-	(269)	(269)	(258)
Outros	(42)	(205)	(247)	(297)
	(3.008)	(1.726)	(4.734)	(8.728)

(*) A partir de novembro de 2018 a Companhia terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha recursos com a Controladora por meio de contrato específico (nota 22).

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R\$223 em 2019 (R\$1.351 em 2018). A respectiva receita de implementação infraestrutura, demonstrada na nota 18.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

20 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.257	851
Descontos obtidos	4	15
Outras	17	19
	<u>1.278</u>	<u>885</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(3.779)	(4.907)
Variações monetárias	(37)	(44)
Taxas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	(152)	(135)
Outras	(1)	(4)
	<u>(3.969)</u>	<u>(5.090)</u>
	<u>(2.691)</u>	<u>(4.205)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro presumido.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de serviços	82.136	66.738
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	7.370	5.975
Outras receitas	1.278	885
	<u>8.648</u>	<u>6.860</u>
Base de cálculo CSLL		
IRPJ e CSLL	(2.941)	(2.332)
Outros (*)	(5)	2.078
	<u>(2.946)</u>	<u>(254)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL		
Corrente	(2.296)	(2.229)
Diferido	(650)	1.975
	<u>(2.946)</u>	<u>(254)</u>

(*) Revisão das alíquotas dos impostos diferidos conforme expectativa de realização.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$18.857 (R\$18.207 em 2018) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Instrução normativa nº 1700/17 e lei nº12.973/14.

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2019	2018	2019	2018
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	177	571	(817)	(234)
Prestação de serviços	CTEEP	120	103	(1.365)	(1.532)
		297	674	(2.182)	(1.766)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Equivalentes de caixa	1	1.696	1.680
Aplicações financeiras	2	10.992	4.095
Caixa restrito	2	5.918	5.704
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e Bancos	-	69	302
Contas a Receber – Serviços de O&M	-	4.357	2.305
Cauções e depósitos vinculados	-	10	-
Ativo Contratual	-	611.623	590.511
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	18.947	20.372
Não circulante	-	25.786	40.445
Arrendamento mercantil			
Circulante	-	7	-
Não circulante	-	1	-
Fornecedores	-	771	1.090

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	18.947	20.372
Não circulante	<u>25.786</u>	<u>40.445</u>
Dívida total	44.733	60.817
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>12.757</u>	<u>6.077</u>
Dívida líquida	31.976	54.740
Patrimônio líquido	548.355	503.965
Índice de endividamento líquido	5,8%	10,9%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) apurados com base nos índices de endividamento (nota 12). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 18.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

24 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/19 a 19/12/20	224.313	117
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/19 a 19/12/20	50.000(*)	-
			<u>150</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP